

CLIPPING IMPRESSO 06/07/2012



INDICE

1.	JORNAL A TARDE	
	1.1. AÇÕES TJMA	
	1.2. EXECUÇÃO PENAL	
	1.3. SEM ASSUNTO	
2.	JORNAL AQUI	
	2.1. PRESIDÊNCIA	
3.	JORNAL ATOS E FATOS	
	3.1. SEM ASSUNTO	
4.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
	4.1. AÇÕES TJMA	
	4.2. DECISÕES	. 1
5.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	5.1. AÇÕES TJMA	
	5.2. DECISÕES	. 4
	5.3. DESEMBARGADORES	.8
	5.4. EXECUÇÃO PENAL	
	5.5. OBRAS/REFORMA	
	5.6. SEM ASSUNTO	13
6.	JORNAL O DEBATE	
	6.1. AÇÕES TJMA	:5
	6.2. DECISÕES	
7.	JORNAL PEQUENO	
	7.1. AÇÕES TJMA	
	7.2. DECISÕES	C
	7.3. EXECUÇÃO PENAL	
	7.4. SEM ASSUNTO	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - AÇÕES TJMA 06/07/2012 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

JUDICIÁRIO PODE FAZER PARCERIA COM GOVERNO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JUSTIÇA — Pág. 2 Judiciário pode fazer parceria com Governo na área do desenvolvimento social



Secretário de desenvolvimento social cumprimenta presidente do TJ



06/07/2012 - JORNAL A TARDE
1º CADERNO - GERAL - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 80 (20 x 4 col)

JUDICIÁRIO PODE FAZER PARCERIA COM GOVERNO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Judiciário pode fazer parceria com Governo na área do desenvolvimento social

O secretário-adjunto de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, Expedito Moraes, visitou o Tribunal de Justiça nesta quinta-feira (5), onde apresentou ao presidente da Corte, Antonio Guerreiro Júnior, o Programa "Restaurante Popular", que está sendo implementado em São Luís. Na oportunidade, ele convidou o desembargador a participar da inauguração oficial do programa do governo estadual, que ocorrerá em breve.

Na reunião, o secretário agradeceu a decisão do desembargador em processo judicial que encerrou a disputa entre concorrentes da licitação para contratação da empresa fornecedora de alimentação e serviços, no qual considerou a situação de risco alimentar do públicoalvo do programa, possibilitando a instalação imediata dos restaurantes populares nos bairros Cidade Olímpica e Anjo da Guarda, na capital.

O secretário falou das ações da Secretaria no combatee erradicação da pobreza extrema no Maranhão e se manifestou favorável a efetivação de parcerias institucionais com a Justiça estadual nessa área.

"Estamos disponíveis para fazer uma parceria com o Poder Judiciário em ações de combate à pobreza e tenho certeza que será uma excelente parceria, porque conheço o trabalho do presidente Guerreiro Júnior e sei da sua sensibilidade para as questões sociais", disse o secretário.

O presidente do TJMA se interessou em saber sobre o programa, inclusive sobre a possibilidade de interiorização de suas ações e considerou a iniciativa do governo de muita importância para a população que vive abaixo da linha da pobreza – cerca de 1 milhão e 700 mil pessoas – principalmente no interior do Estado.

Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, o objetivo do programa de restaurante popular é "garantir segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social e em condições de extrema pobreza, oferecendo alimentação saudável, originadas de processos seguros que serão vendidos a preço acessível".

Meta- A meta é de fornecer cerca de 1.000 refeições diárias em cada um dos restaurantes, sendo que o usuário pagará apenas R\$ 1,00 por refeição e o Governo do Estado arcará com R\$ 5,23 sobre o valor total de cada refeição. Os bairros que irão abrigar essas duas unidades do programa foram selecionados por apresentarem grandes contingentes populacionais, formados essencialmente por pessoas de baixa renda.

"A secretaria também deve inaugurar a "Cozinha-Escola", no bairro do Bequimão, no prazo de quarenta dias. Serão oferecidas 200 refeições gratuitas ao dia, para pessoas cadastradas pelo Centro de Referência Social do bairro", informou o secretário.



06/07/2012 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 12 (6 x 2 col)

GOVERNO CRIA 100 VAGAS COM UNIDADE PRISIONAL DO OLHO D ÁGUA

Governo cria 100 vagas com Unidade Prisional do Olho d'Água

Após as inaugurações das unidades prisionais de Bacabal, Santa Inês, Davinópolis e Monte Castelo, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), dá continuidade ao processo de transferência de apenados com a inauguração de mais uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) assegurando desta forma, melhor garantia de direitos aos detentos.



06/07/2012 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 80 (20 x 4 col)

GOVERNO CRIA 100 VAGAS COM UNIDADE PRISIONAL DO OLHO D ÁGUA

Governo cria 100 vagas com Unidade Prisional do Olho d'Água

UPR do Olho d'Água assegura melhoria aos detentos



Após as inaugurações das unidades prisionais de Bacabal, Santa Înês, Davinópolis e Monte Castelo, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), dá continuidade ao processo de transferência de apenados com a inauguração de mais uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) assegurando desta forma, melhor garantia de direitos aos detentos. A inauguração da nova UPR do Olho d'Água representa uma etapa significativa do acordo firmado entre a Sejap e o Poder Judiciário, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O prédio é destinado a receber presos do regime semi-aberto.

Com a iniciativa, a Sejap proporciona aos detentos que aguardem o julgamento dos crimes em um ambiente mais propício. A estrutura física do prédio que está situado no Olho d'Água, Avenida dos Holandeses, é ampla e arejada, com capacidade para abrigar 100 presos e vai disponibilizar um setor administrativo com todas as assistências necessárias para a pessoa presa.

O novo estabelecimento penal reúne melhores condições para abrigar os encarcerados, com celas bem projetadas, ótima iluminação e boa infraestrutura. Salas amplas, com ventilação, área externa para atividades laborais, cultivo de plantas, atenção psicopedagógica, setor de saúde e centro educacional.

"Com a construção de novas Unidades prisionais, nossa intenção é descentralizar o Sistema Prisional", garantiu o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária Sérgio Tamer. A ação faz parte do Programa de Ressocialização, uma das prioridades da Sejap.

Uma equipe multidisciplinar irá trabalhar no sentido de identificar as capacidades dos apenados. O objetivo do trabalho é conhecer as aptidões de cada detento, contribuindo para concretizar o caráter ressocializador da pena com vistas à diminuição do alto índice de reincidência no estado.

A ação da Sejap engloba todas as assistências descritas no artigo 11 da Lei de Execução Penal (LEP nº 7.210), que dispõe sobre assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Criada em 1984, a Lei de Execução Penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Amaury esclareceu que as assistências estabelecidas pela LEP são dever do Estado, visando orientar o interno ao retorno à convivência em sociedade. Em seguida houve uma palestra destacando a importância do Serviço Social no Sistema Penitenciário.

Com tais investimentos nas áreas institucional, estrutural, de infraestrutura física, ressocialização e de logística, a Sejap objetiva cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

As obras no prédio vão garantir espaço para mais detentos e amenizar os problemas de lotação. Até o fim do ano a Sejap criará mil novas vagas e 600 apenados serão transferidos.



1º CADERNO - GERAL - MIX - AULINDA LIMA - PAG.: 7

POSITIVA - CM.: 30 (15 x 2 col)

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO MARANHÃO, DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA,

(...)

... O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, vem a público manifestar profundo pesar pela morte do juiz aposentado José Ribamar Goulart Heluy ...

... O juiz José Ribamar Goulart Heluy foi um grande magistrado, nas palavras do corregedor-geral da Justiça, e contribuiu muito no desenvolvimento do Judiciário maranhense...

... A coluna se solidariza com família, através da esposa, ex-deputada Helena Heluy, e da jornalista, colega Jaqueline Heluy, pedindo a Deus que os conforte neste momento de dor.



1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 4 POSITIVA - CM.: 27 (9 x 3 col)

JUSTIÇA - PRESIDENTE DO TJ RECEBE SINDICALISTAS

⊳JUSTIÇA

Presidente do TJ recebe sindicalistas

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol), Amon Jessen, acompanhado de diretores e advogados da entidade, além do presidente da Associação dos Servidores da Polícia Civil, Heleudo Moreira, estiveram com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O encontro teve como pauta a aposentadoria especial dos policiais civis e os processos referentes a URV. De acordo com os representantes dos policiais civis, a classe está sofrendo



DES.GUERREIRO JÚNIOR RECEBEU LIDERES DA POLÍCIA CIVIL

perdas na efetivação da aposentadoria e também quanto ao pagamento do percentual da URV que está sendo menor que os 11,98% determinados pelo STJ.Guerreiro Júnior disse serem legítimas as reivindicações dos policiais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA 06/07/2012 - JORNAL ATOS E FATOS

1º CADERNO - POLITICA - POLITICANDO - DJALMA RODRIGUES - PAG.: 3

NEUTRA - CM.: 18 (9 x 2 col)

CORREGEDOR MANIFESTA PESAR PELA MORTE DO JUIZ RIBAMAR HELLUY

Corregedor manifesta pesar pela morte do juiz Ribamar Helluy

→ O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, vem a público manifestar profundo pesar pela morte do juiz aposentado José Ribamar Goulart Heluy, pai dos juízes José Ribamar Goulart Heluy Júnior, Lúcia Helena Barros Heluy da Silva e Samira Barros Heluy. "O juiz José Ribamar Goulart Heluy foi um grande magistrado, nas palavras do corregedor-geral da Justica, e contribuiu muito no desenvolvimento do Judiciário maranhense", disse. Ele estava internado há algumas semanas no UDI Hospital e morreu vítima de falência múltipla de órgãos ontem (5). O desembargador Cleones Cunha solidariza-se com toda a família do magistrado neste momento de tristeza e dor. José Ribamar Heluy era casado com a ex-deputada Helena Heluy e deixou cinco filhos.



POSITIVA - CM.: 40 (20 x 2 col)

EMPOSSADO COORDENADOR DE COMBATE À SONEGAÇÃO

ORDEM TRIBUTÁRIA

Empossado Coordenador de Combate à Sonegação

O promotor de Justiça José Osmar Alves, titular da Promotoria de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária de São Luís, é o novo coordenador da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal no Maranhão. Ele foi aclamado. por unanimidade, durante a reunião do grupo na tarde da terça-feira, 3, no auditório da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), em São Luís. Além do MPMA, fazem parte da articulação o Poder Judiciário, secretarias estaduais de Fazenda e Segurança Pública e Procuradoria Geral do Estado.

O grupo interinstitucional desenvolve ações integradas para recuperar receitas, executar a cobrança de débitos dos tributos estaduais, combatendo a sonegação fiscal. A coordenação é feita em sistema de rodízio, a cada dois anos, entre os órgãos que integram o grupo. Alves assumiu a coordenação em substituição ao secretário de estado da fazenda Cláudio Trinchão.

De acordo com o novo coordenador, a criação de um grupo interinstitucional para combater a sonegação fiscal foi uma iniciativa pioneira do Maranhão, em2003, reproduzida e ampliada em outros estados. "A ideia deu tão certo que foi aplicada em outras unidades da federação e garantiu o aumento da arrecadação fiscal em todo o Brasil", explica José Osmar Alves.

O representante do Ministério Público aponta, ainda, a criação das Varas de Execução Fiscal e das Especializadas no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária das comarcas de São Luís e de Imperatriz, como resultado da articulação da Força-Tarefa. "A criação das varas especializadas garantiu maior celeridade na cobrança da dívida ativa do estado, contribuindo para o aumento da arrecadação".



POSITIVA - CM.: 30 (15 x 2 col)

JUDICIÁRIO PODE FAZER PARCERIA COM GOVERNO DO ESTADO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Judiciário pode fazer parceria com Governo do Estado

O secretário-adjunto de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, Expedito Moraes, visitou o Tribunal de Justiça nesta quinta-feira (5), onde apresentou ao presidente da Corte, Antonio Guerreiro Júnior, o Programa "Restaurante Popular", que está sendo implementado em São Luís. Na oportunidade, ele convidou o desembargador a participar da inauguração oficial do programa do governo estadual, que ocorrerá em breve.

Na reunião, o secretário agradeceu a decisão do desembargador em processo judicial que encerrou a disputa entre concorrentes da licitação para contratação da empresa fornecedora de alimentação e serviços, no qual considerou a situação de risco alimentar do público-alvo do programa, possibilitando a instalação imediata dos restaurantes populares nos bairros Cidade Olímpica e Anjo da Guarda, na capital.

O secretário falou das ações da Secretaria no combatee erradicação da pobreza extrema no Maranhão e se manifestou favorável a efetivação de parcerias institucionais com a Justiça estadual nessa área.

"Estamos disponíveis para fazer uma parceria com o Poder Judiciário em ações de combate à pobreza e tenho certeza que será uma excelente parceria, porque conheço o trabalho do presidente Guerreiro Júnior e sei da sua sensibilidade para as questões sociais", disse o secretário.

O presidente do TJMA se

interessou em saber sobre o programa, inclusive sobre a possibilidade de interiorização de suas ações e considerou a iniciativa do governo de muita importância para a população que vive abaixo da linha da pobreza - cerca de 1 milhão e 700 mil pessoas - principalmente no interior do Estado.

Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, o objetivo do programa de restaurante popular é "garantir segurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade social e em condições de extrema pobreza, oferecendo alimentação saudável, originadas de processos seguros que serão vendidos a preço acessível".

Meta- A meta é de fornecer cerca de 1.000 refeições diárias em cada um dos restaurantes, sendo que o usuário pagará apenas R\$ 1,00 por refeição e o Governo do Estado arcará com R\$ 5,23 sobre o valor total de cada refeição. Os bairros que irão abrigar essas duas unidades do programa foram selecionados por apresentarem grandes contingentes populacionais, formados essencialmente por pessoas de baixa renda.

"A secretaria também deve inaugurar a "Cozinha-Escola", no bairro do Bequimão, no prazo de quarenta dias. Serão oferecidas 200 refeições gratuitas ao dia, para pessoas cadastradas pelo Centro de Referência Social do bairro", informou o secretário.

POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

TJ REFORMA DECISÃO QUE SUSPENDIA FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA SL

TJ reforma decisão que suspendia 06 fornecimento de água para SL

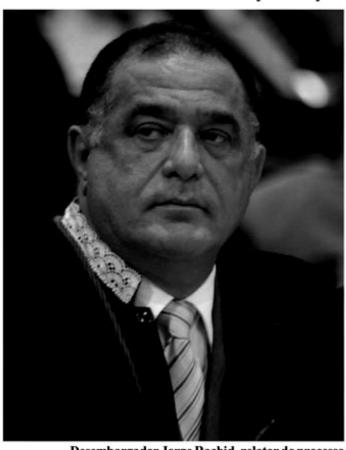


A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou ontem, quinta-feira (5), a decisão do juiz da 1ª vara da Fazenda Pública de São Luís, José Edilson Caridade, que determinou a suspensão de água, pela Caema, aos órgãos da Prefeitura de São Luís, com exceção dos hospitais, postos de saúde, creches e escolas.



TJ REFORMA DECISÃO QUE SUSPENDIA FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA SL

TJ reforma decisão que suspendia fornecimento de água para SL



Desembargador Jorge Rachid, relator do processo

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou ontem, quinta-feira (5), a decisão do juiz da 1ª vara da Fazenda Pública de São Luís, José Edilson Caridade, que determinou a suspensão de água, pela Caema, aos órgãos da Prefeitura de São Luís, com exceção dos hospitais, postos de saúde, creches e escolas. A prefeitura não teria pago a fatura do mês de janeiro deste ano, no valor de R\$ 419,783,66.

A decisão atende a um agravo de instrumento interposto pelo município de São Luís. Durante sua defesa, o município alegou que a determinação do juízo de 1º grau fere o interesse público, tendo em vista que o débito cobrado pela Caema seria ilegal, na medida em que foi alcançado por meio de esti-

mativa, não demonstrando o consumo real.

Sustentou ainda que a modalidade de cobrança adotada pela Caema só é admitida nos casos em que não é possível medir o volume de água consumida, o que não seria o caso, uma vez que não foi demonstrada a impossibilidade de leitura de medidores de consumo.

No entendimento do relator do processo, desembargador Jorge Rachid, não se admite o corte no fornecimento de água, especialmente quando se trata de ente municipal e de serviço essencial. Para Rachid, a suspensão do fornecimento de água pode inviabilizar a prestação do servico público, o que ofende o princípio da continuidade. O voto do relator foi acompanhado, por unanimidade, pelos desembargadores Nelma Sarney e Kleber Carvalho.



POSITIVA - CM.: 22 (22 x 1 col)
JUDICIÁRIO PODE FAZER PARCERIA COM GOVERNO

Judiciário pode fazer parceria com governo

O secretário-adjunto de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, Expedito Moraes, visitou o Tribunal de Justiça, ontem, onde apresentou ao presidente da Corte, Antonio Guerreiro Júnior, o Programa Restaurante Popular, que está sendo implementado em São Luís. Na oportunidade, ele convidou o desembargador a participar da inauguração oficial do programa do governo estadual, que ocorrerá em breve.

Na reunião, o secretário agradeceu a decisão do desembargador em processo judicial que encerrou a disputa entre concorrentes da licitação para contratação da empresa fornecedora de alimentação e serviços, no qual considerou a situação de risco alimentar do público-alvo do programa, possibilitando a instalação imediata dos restaurantes populares nos bairros Cidade Olímpica e Anjo da Guarda, na capital.

O secretário falou das ações da secretaria no combate à erradicação da pobreza extrema no Maranhão e se manifestou favorável à efetivação de parcerias institucionais com a Justiça estadual nessa área. "Estamos disponíveis para fazer uma parceria com o Poder Judiciário em ações de combate à pobreza", disse ele.

O presidente do TJMA se interessou em saber sobre o programa, inclusive sobre a possibilidade de interiorização de suas ações e considerou a iniciativa do governo de muita importância para a população que vive abaixo da linha da pobreza – cerca de 1,7 milhão de pessoas – principalmente no interior do estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES
06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
1º CADERNO - GERAL - RÁPIDAS - PAG.: 5
POSITIVA - CM.: 7 (7 x 1 col)
CAEMA - A 1ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (...)

Caema

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justica do Maranhão reformou ontem decisão do juiz da 1ª vara da Fazenda Pública de São Luís, José Edilson Caridade, que determinou a suspensão de água, pela Caema, aos órgãos da Prefeitura de São Luís, com exceção dos hospitais. postos de saúde, creches e escolas. A Prefeitura não teria pago a fatura de janeiro deste ano, no valor de R\$ 419.783,66. A decisão atende agravo de instrumento interposto pelo município de São Luís.



EM JULGAMENTO

Em julgamento

Quem está comemorando a vinda do presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, a São Luís no próximo dia 11, é o advogado Daniel Blume de Almeida, presidente da Associação dos Procuradores do Estado (Aspem). Para ele é muito importante a defesa de Cavalcante, em favor dos procuradores do Estado, no julgamento da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra artigo da Lei Orgânica da PGE, que regulamenta o pagamento de honorários de sucumbência nos casos em que o Estado é vencedor da causa. O julgamento será feito por sustentação oral, no Tribunal de Justiça (TJMA), em sessão jurisdicional, logo após o encerramento dos processos extra pauta, na próxima quarta-feira, durante sua visita a São Luís.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 3º CADERNO (ALTERNATIVO) - PH - PERGENTINO HOLANDA - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 7 (7 x 1 col)

SÓ ELOGIOS

Só elogios

O Judiciário brasileiro e operadores de direito receberam com elogios o mais recente exemplar da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O quinto número da obra que leva a assinatura do desembargador Lourival Serejo, seu coordenador editorial - reúne artigos sobre o Direito de Família, acórdãos das câmaras Cível e Criminal do TJMA e o Direito do Idoso.

Na área doutrinária, Serejo discorre sobre o "Direito dos avós" e recebe boas colaborações de Rita Baluz e Bruna Barbieri, ambas advogadas e servidoras do TJMA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES 06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA NEUTRA - CM.: 6 (6 x 1 col)

MORRE O JUIZ JOSÉ RIBAMAR HELUY

Morre o juiz José Ribamar Heluy

Morreu ontem, aos 74 anos, vitima de insuficiência cardiorrespiratória, o juiz José Ribamar Goulart Heluy. Ele estava internado havia 15 dias no UDI Hospital. O enterro será hoje, no Cemitério do Gavião. **Geral 6**



NEUTRA - CM.: 42 (21 x 2 col) MORRE O JUIZ JOSÉ RIBAMAR HELUY

Morre o juiz José Ribamar Heluy, 74 anos, no UDI Hospital

Magistrado aposentado morreu ontem no UDI Hospital; sepultamento será hoje no Gavião

Familiares, parentes e amigos participaram ontem do velório, na Central Pax União, em São Luís, do juiz José Ribamar Goulart Heluy, de 74 anos, que morreu no UDI Hospital, vítima de insuficiência cardiorrespiratória. O enterro acontece hoje, às 11h, no Cemitério do Gavião, na Madre Deus (Centro).

Vários membros do Judiciário maranhense compareceram durante o dia de ontem ao velório de José Ribamar Heluy, que estava internado havia 15 dias, mas, segundo a família, não foi submetido a nenhum procedimento cirúrgico.

Como político, participou, desde o período da Ditadura Militar, de movimentos sociais contra a opressão e repressão. Como parlamentar, foi candidato a prefeito de São Luís em 1988, após deixar as atividades no Judiciário. Ele era casado com a ex-deputada e promotora aposentada Helena Barros Heluy, e deixa cinco filhos, entre eles três juízes, uma jornalista, a ex-editora e ex-chefe de reportagem de O Estado, Jacqueline Heluy, e o secretário estadual de Trabalho e Economia Solidária, José Antônio Heluy.

Jacqueline Heluy afirmou que a morte do pai significa uma grande perda para a família. Para ela, fica o exemplo dos valores morais de José Ribamar Heluy. "É uma grande perda, pois ele era um exemplo de caráter, co-



Juiz José Ribamar Heluy

ragem, bravura e fé. Por tudo isso, ele já está fazendo muita falta entre nós", declarou.

Pesar - O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, manifestou, em nota, profundo pesar pela morte do juiz aposentado José Ribamar Heluy, pai dos juízes José Ribamar Goulart Heluy Júnior, Lúcia Helena Barros Heluy da Silva e Samira Barros Heluy.

Segundo o corregedor-geral, o juiz José Ribamar Heluy foi um grande magistrado e contribuiu muito no desenvolvimento do Judiciário maranhense. No final da nota, o desembargador Cleones Cunha se solidarizou com toda a família do magistrado neste momento de tristeza e dor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DESEMBARGADORES
06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
3º CADERNO (ALTERNATIVO) - PH - TRIVIAL VARIADO - PERGENTINO HOLANDA - PAG.: 3
POSITIVA - CM.: 1 (1 x 1 col)
REPOSIÇÃO. AINDA RESTA PELO MENOS UMA VAGA DE DESEMBARGADOR (...)

Reposição. Ainda resta pelo menos uma vaga de desembargador sem preenchimento no Tribunal de Justiça do Estado. GOVERNO CRIA MAIS 100 VAGAS COM UNIDADE PRISIONAL DO OLHO D. ÁGUA



Governo cria mais 100 vagas com unidade prisional do Olho d'Água

Nova unidade prisional que funcionará na antiga Delegacia Metropolitana na Avenida dos Holandeses, vai abrigar os detentos em regime semiaberto

Após as inaugurações das unidades prisionais de Bacabal, Santa Inês, Davinópolis e Monte Castelo, a Secretaria de Justica e Administração Penitenciária (Sejap) dá continuidade ao processo de transferência de apenados com a inauguração de mais uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) garantindo direitos aos detentos. A inauguração da nova UPR, no Olho d'Agua, representa uma etapa significativa do acordo firmado entre a secretaria e o Poder Judiciário, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O prédio é destinado a receber presos do regime semiaberto.

Com a iniciativa, a Sejap proporciona aos detentos que aguardem o julgamento de seus crimes em um ambiente mais propício. A estrutura física do prédio, situado na Avenida dos Holandeses, é ampla e arejada, com capacidade para abrigar 100 presos, além de um setor administrativo com todas as assistências necessárias para o apenado.

O novo estabelecimento pe-



Prédio onde funcionará o novo presídio foi amplamente reformado

nal conta com celas bem projetadas, ótima iluminação e boa infraestrutura, com salas amplas, com ventilação, área externa para atividades laborais, cultivo de plantas, atenção psicopedagógica, setor de saúde e centro educacional. "Com a construção de novas unidades prisionais, a intenção é descentralizar o Sistema Prisional", garantiu o secretário Sérgio Tamer. A ação faz parte do Programa de Ressocialização, uma das prioridades da Sejap.

Úma equipe multidisciplinar

irá trabalhar no sentido de identificar a capacidade de cada apenado, conhecendo suas aptidões e assim concretizar o caráter ressocializador da pena com vistas à diminuição do alto índice de reincidência no estado. A ação da Sejap engloba todas as assistências descritas no artigo 11º da Lei de Execução Penal (LEP nº 7.210), que dispõe sobre assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Criada em 1984, a LEP tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Com tais investimentos nas áreas institucional, estrutural, de infraestrutura física, ressocialização e de logística, a Sejap objetiva cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

As obras no prédio vão garantir espaço para mais detentos e amenizar os problemas de lotação. Até o fim do ano, a Sejap criará mil novas vagas e 600 apenados serão transferidos.



EM OBRAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - OBRAS/REFORMA 06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 3º CADERNO (ALTERNATIVO) - PH - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 8 (8 x 1 col)

Em obras

O Tribunal de Justiça acelera a reforma e adequação de seus imóveis.

O anexo da Rua do Egito - no centro histórico de São Luís, em prédio onde funcionou a Assembleia Legislativa - ganha referência como principal núcleo de trabalho das diretorias do TJMA.

Ao autorizar as obras, o desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior amplia espaços para novos serviços e cumpre meta de gestão.

Até o final do próximo ano quer transformar o prédio-sede do tribunal na Praça Pedro II em local nobre e único de recepções oficiais, e museu da memória do Judiciário maranhense.



06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 4

POSITIVA - CM.: 20 (20 x 1 col)

NOVOS PAIS RECONHECEM OS FILHOS NO MARANHÃO

Novos pais reconhecem os filhos no Maranhão

COLINAS - O Projeto Pai Presente, desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), continua a ter resultados positivos. No dia 26 de junho, o lavrador José Júnior Modesto da Silva compareceu ao Fórum de Colinas para uma audiência com o juiz da comarca, Marcelo Elias Matos e Oka. O lavrador reconheceu de cinco filhos cujo nome do pai na certidão encontrava-se em branco desde o nascimento.

Na ocasião, A. G de S. (27), A. A. G. (22), H. G. de S. (20), A. C. G. de S. (19) e A. G. G. de S. (17) comemoraram o reconhecimento espontâneo de paternidade feito pelo lavrador.

Emoção - A alegria dos filhos e

a emoção atestada pelo pai na oportunidade foram possibilitadas pelo Projeto Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça, deflagrado na Comarca de Colinas desde o último dia 18.

Na data, o Poder Judiciário local entregou à Secretaria de Educação do Município as cartas a serem entregues às mães de alunos em cujos registros não consta o nome do pai. Correspondências do tipo foram distribuídas nas escolas estaduais de Colinas.

Com o intuito de chamar a atenção para o projeto, teve início na semana passada uma ampla divulgação da iniciativa pelas rádios e TV locais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA 06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 4

POSITIVA - CM.: 100 (25 x 4 col)

CORREGEDORIA ATUALIZA DADOS DE MAGISTRADOS NO MARANHÃO

Corregedoria atualiza dados de magistrados no Maranhão

Ação não só atualiza dados dos juízes no sistema do Judiciário, como pretende corrigir distorções nesses registros, entre as quais a existência de três arquivos funcionais e de um arquivo flutuante

magistrados da Justiça de 1º grau do Maranhão estão sendo atualizadas. O trabalho é fruto de um projeto idealizado pela Diretoria Geral, em parceria com a Coordenadoria Administrativa e Divisão de Pessoal da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). O objetivo é retificar e complementar dados dos juízes no Sistema de Gestão de Pessoal do Judiciário (MentoRH).

Segundo a diretora-geral da Corregedoria, Maria do Socorro Moreira de Sousa, o projeto atende à demanda do corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, que solicitou providências para a otimização dos dados dos magistrados.

O projeto não só atualiza os dados dos magistrados no sistema, como pretende corrigir distorções nesses dados, entre as quais a existência de três arquivos funcionais – Atus, físico e MentoRH e de um arquivo "flutuante" (documentos não arquivados).

Além dos juízes na ativa no Poder Judiciário, as pastas dos magistrados aposentados também serão atualizadas.

astas funcionais dos 269 Segurança - De acordo com a diretora da CGJ, "as atividades do projeto visam à necessidade de atribuição e ampliação dos atributos de segurança, confiabilidade e certeza dos dados funcionais dos juízes, possibilitando a total exploração das funcionalidades da solução integrada de recursos humanos e folha de pagamento (MentoRH), notadamente quanto ao seu potencial de automação de processos, a exemplo da contagem do tempo de serviço, simulações de aposentadoria e abono de permanência, bem como das certidões de tempo de serviço e de contribuição".

> equipe de 12 servidores - nove deve ser prorrogada para a conda Corregedoria e três do RH do clusão das pastas restantes. Tribunal de Justiça - trabalha durante os fins de semana na dados, o projeto contempla, enatualização dos dados.

Mariana Clementino Brandão, funcionais no MentoRH. na primeira etapa do trabalho todas as pastas físicas dos magistrados foram atualizadas. Isso ocorreu durante quatro fins de

semana em que o grupo identificou portarias, atos e outros documentos gerados na Corregedoria, relativos aos magistrados.

No total, aproximadamente 15 mil documentos foram arquivados nas pastas. Em seguida, ocorreu a atualização das pastas no sistema MentoRH, que contemplou as pastas de 15 magistrados.

A atualização continua em outros quatro fins de semana que compreendem a primeira etapa do projeto. A expectativa é que sejam concluídas 60 pastas. A substituição de pastas do arquivo físico deterioradas também será efetuada nesse perío-Para alcançar o objetivo, uma 🛮 do. Ao fim do trabalho, a ação

Visando à organização dos tre outras premissas, a unificação do acervo funcional, padro-Etapas - Segundo a coordena- nização da atividade de cadasdora administrativa da CGJ e tro e a inclusão, retificação e uma das integrantes da equipe, complementação dos dados

P.: 23

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA 06/07/2012 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 4

POSITIVA - CM.: 100 (25 x 4 col)

CORREGEDORIA ATUALIZA DADOS DE MAGISTRADOS NO MARANHÃO



Cleones Cunha solicitou providências para organizar dados dos juízes

Mais

MentoRH

O Projeto de Alimentação do Módulo de Cadastro do Sistema MentoRH consiste no cadastro, atualização, retificação e complementação dos dados funcionais dos magistrados do Poder Judiciário do Maranhão.

Fontes

De acordo com o projeto, as várias fontes de dados existentes atualmente, compostas basicamente por portarias, dificultam o processo de cadastro, haja vista a desconcentração dos dados, a eventual divergência de informação e a multiplicidade de documentos idênticos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - AÇÕES TJMA 06/07/2012 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - BATE-REBATE - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 20 (10 x 2 col)

TJ TRIPLICA ATENDIMENTO ENTREGA DE CERTIDÕES A CANDIDATOS

TJ triplica atendimento entrega de certidões a candidatos I

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, triplicou o número de servidores para garantir a emissão, em tempo hábil, das certidões de antecedentes criminais dos candidatos às eleições municipais de 2012em todo o Estado. A entrega das certidões na Justiça de 2º será feita até esta quintafeira (5), prazo final para o registro das candidaturas de prefeito, vice-prefeito e vereador junto à Justiça Eleitoral. A Diretoria Judiciária é o setor responsável pela emissão das certidões. Até segunda-feira (2), mais de mil certidões de antecedentes criminais foram entregues pelo Tribunal de Justiça.

TJ triplica atendimento entrega de certidões a candidatos II

O formulário de solicitação da certidão está disponível na recepção do Tribunal e o candidato deve informar nome, naturalidade, nomes de pai e mãe, RG e CPF. O atendimento inclui a busca no sistema de acompanhamento processual de 2º grau e a emissão da certidão. Michel Angelim, morador de Lago Verde, recebeu por procuração, certidões de 44 candidatos de duas coligações municipais, e para ele o atendimento está satisfatório, a questão é que as pessoas deixam para solicitar o documento no fim do prazo.



06/07/2012 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - ÚLTIMAS - PAG.: 12 POSITIVA - CM.: 28 (14 x 2 col)

JUDICIÁRIO PODERÁ FAZER PARTICIPAR DE PROGRAMA DO GOVERNO NA ÁREA DO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PARCERIAS

Judiciário poderá fazer participar de programa do Governo na área do desenvolvimento social

O secretário-adjunto de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar do Estado do Maranhão, Expedito Moraes, visitou o Tribunal de Justiça nesta quinta-feira (5), onde apresentou ao presidente da Corte, Antonio Guerreiro Júnior, o Programa "Restaurante Popular", que está sendo implementado em São Luís. Na oportunidade, ele convidou o desembargador a participar da inauguração oficial do programa do governo estadual, que ocorrerá em breve.

Na reunião, o secretário agradeceu a decisão do desembargador em processo judicial que encerrou a disputa entre concorrentes da licitação para contratação da empresa fornecedora de alimentação e serviços, no qual considerou a situação de risco alimentar do público-alvo do programa, possibilitando a instalação imediata dos restaurantes populares nos bairros Cidade Olímpica e Anjo da Guarda, na capital.

O secretário falou das ações da Secretaria no combate erradicação da pobreza extrema no Maranhão e se manifestou favorável a efetivação de parcerias institucionais com a Justiça estadual nessa área.

"Estamos disponíveis para fazer uma parceria com o Poder Judiciário em ações de combate à pobreza e tenho certeza que será uma excelente parceria, porque conheço o trabalho do presidente Guerreiro Júnior e sei da sua sensibilidade para as questões sociais", disse o secretário.

O presidente do TJMA se interessou em saber sobre o programa, inclusive sobre a possibilidade de interiorização de suas ações e considerou a iniciativa do governo de muita importância para a população que vive abaixo da linha da pobreza - cerca de 1 milhão e 700 mil pessoas - principalmente no interior do Estado.



1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 11 POSITIVA - CM.: 42 (21 x 2 col)

ABSOLVIDO DE ACUSAÇÃO DE HOMICÍDIO VAI SER NOVAMENTE JULGADO POR JÚRI POPULAR

NOVO JULGAMENTO

Absolvido de acusação de homicídio vai ser novamente julgado por júri popular



Desembargador Raimundo Nonato, relator do processo

O réu Joelson Silva de Paiva, absolvido da acusação de homicídio pelo conselho de sentença do Tribunal do Júri popular da comarca de Esperantinópolis, será submetido a novo julgamento. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (5) pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, ao dar razão a uma apelação do Ministério Público estadual (MPE) e anular o julgamento anterior.

Joelson havia sido denunciado pelo Ministério Público, supostamente por ter sido o responsável pela morte de Jose Antonio da Silva Bezerra. Os dois bebiam cerveja e jogavam sinuca num bar de Esperantinópolis, em companhia de uma terceira pessoa, no dia 30 de agosto de 2008, quando houve um desentendimento entre vítima e acusado.

Segundo a denúncia do MPE, Paiva foi ao banheiro depois do jogo, retornou com um pedaço de madeira e se aproximou de Bezerra, que estaria de costas. Quando a vítima se virou, teria sido surpreendida com uma paulada na cabeça. Levado para um hospital local e depois para outro em Teresina, Bezerra morreu no dia seguinte, vítima de traumatismo crânio-encefálico.

Em interrogatório, o acusado alegou que Bezerra estaria embriagado e que o provocou. Acrescentou que a vítima saiu e retornou ao bar, ainda provocando-o. Foi quando resolveu dar o golpe do qual disse ter se arrependido depois. Joelson foi absolvido pelo conselho de sentença, que acolheu a tese de legítima defesa, decisão com a qual não concordou o Ministério Público.

Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza (relator), Bernardo Rodrigues (revisor) e Raimundo Melo votaram pelo provimento do apelo, para anular o julgamento e submeter Joelson Paiva a novo julgamento. Os três entenderam haver indícios suficientes de que o crime não foi praticado em legítima defesa.

P.: 27



■ Requerimento

O requerimento de registro de candidatura teria de ser apresentado ao cartório eleitoral até as 19h de ontem, acompanhado, entre outros, das certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Federal e da Estadual...



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - DECISÕES
06/07/2012 - JORNAL PEQUENO
1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - PAG.: CAPA
POSITIVA - CM.: 5 (5 x 1 col)
TJ REFORMA DECISÃO QUE SUSPENDEU FORNECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS

TJ reforma decisão que suspendeu fornecimento de água a São Luís INFORME JP - PÁGINA 3 ___



1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - PAG.: 03 POSITIVA - CM.: 15 (15 x 1 col)

TJ REFORMA DECISÃO QUE SUSPENDEU FORNECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS

Fornecimento de água (I)

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça reformou, ontem, decisão do juiz da 1ª vara da Fazenda Pública, José Edilson Caridade, que determinou a suspensão de água, pela Caema, aos órgãos da Prefeitura de São Luís, com exceção dos hospitais, postos de saúde, creches e escolas. A prefeitura não teria pago a fatura do mês de janeiro deste ano, no valor de R\$ 419.783,66.

A decisão atende agravo de instrumento interposto pelo município de São Luís, que em sua defesa alegou que a determinação do juízo de 1º grau fere o interesse público, tendo em vista que o débito cobrado pela Caema seria ilegal, na medida que foi alcançado por meio de estimativa, não demonstrando o consumo real.

Sustentou ainda que a modalidade de cobrança adotada pela Caema só é admitida nos casos em que não é possível medir o volume de água consumida, o que não seria o caso, uma vez que não foi demonstrada a impossibilidade de leitura de medidores de consumo.

■ Fornecimento de água (II)

No entendimento do relator do processo, desembargador Jorge Rachid, não se admite o corte no fornecimento de água, especialmente quando se trata de ente municipal e de serviço essencial.

Para Rachid, a suspensão do fornecimento de água pode inviabilizar a prestação do serviço público, o que ofende o princípio da continuidade.

O voto do relator foi acompanhado, por unanimidade, pelos desembargadores Nelma Sarney e Kleber Carvalho.



1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 12 POSITIVA - CM.: 6 (6 x 1 col)

ABSOLVIDO DE ACUSAÇÃO DE HOMICÍDIO VAI SER NOVAMENTE JULGADO POR JÚRI

Absolvido de acusação de homicídio vai ser novamente julgado por júri

O réu Joelson Silva de Paiva, absolvido da acusação de homicídio pelo conselho de sentença do Tribunal do Júri popular da comarca de Esperantinópolis, será submetido a novo julgamento. A decisão foi tomada ontem (5) pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, ao dar razão a uma apelação do Ministério Público estadual (MPE) e anular o julgamento anterior.

Joelson havia sido denunciado pelo Ministério Público, supostamente por ter sido o responsável pela morte de José Antônio da Silva Bezerra. Os dois bebiam cerveja e jogavam sinuca num bar de Esperantinópolis, em companhia de uma terceira pessoa, no dia 30 de agosto de 2008, quando houve um desentendimento entre vítima e acusado.

Segundo a denúncia do MPE, Paiva foi ao banheiro depois do jogo, retornou com um pedaço de madeira e se aproximou de Bezerra, que estaria de costas. Quando a vítima se virou, teria sido surpreendida com uma paulada na cabeça. Levado para um hospital local e depois para outro em Teresina, Bezerra morreu no dia seguinte, vítima de traumatismo crânio-encefálico.

Em interrogatório, o acusado alegou que Bezerra estaria embriagado e que o provocou. Acrescentou que a vítima saiu e retornou ao bar, ainda provocando-o. Foi quando resolveu dar o golpe do qual disse ter se arrependido depois. Joelson foi absolvido pelo conselho de sentença, que acolheu a tese de legítima defesa, decisão com a qual não concordou o Ministério Público.

Os desembargadores Raimundo Nonato de Souza (relator),
Bernardo Rodrigues (revisor) e
Raimundo Melo votaram pelo
provimento do apelo, para anular
o julgamento e submeter Joelson
Paiva a novo julgamento. Os três
entenderam haver indícios suficientes de que o crime não foi
praticado em legítima defesa.



06/07/2012 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 04 POSITIVA - CM.: 12 (12 x 1 col)

GOVERNO CRIA 100 VAGAS COM NOVA UNIDADE PRISIONAL DO OLHO DÁGUA

Governo cria 100 vagas com nova Unidade Prisional do Olho d'Água

Após as inaugurações das unidades prisionais de Bacabal, Santa Inês, Davinópolis e Monte Castelo, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Se-jap), dá continuidade ao processo de transferência de apenados com a inauguração de mais uma Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) assegurando desta forma, melhor garantia de direitos aos detentos. A inauguração da nova UPR do Olho d'Agua representa uma etapa significativa do acordo firmado entre a Sejap e o Poder Judiciário, em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O prédio é destinado a receber presos do regime semi-aberto

Com a iniciativa, a Sejap proporciona aos detentos que aguardem o julgamento dos crimes em um ambiente mais propício. A estrutura física do prédio que está si-tuado no Olho d'Água, Avenida dos Holandeses, é ampla e arejada, com capacidade para abrigar 100 presos e vai disponibilizar um setor administrativo com todas as assistências necessárias para a pessoa presa. O novo estabelecimento penal reúne melhores condições para abrigar os encarcerados, com celas bem projetadas, ótima iluminação e boa infraestrutura. Salas amplas, com ventilação, área externa para ativi-dades laborais, cultivo de plantas, atenção psicopedagógica, setor de saúde e centro educacional.

"Com a construção de novas Unidades prisionais, nossa intenção é descentralizar o Sistema Prisional", garantiu o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária Sérgio Tamer. A ação faz parte do Programa de Ressocialização, uma das prioridades da Sejap.



1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 02 NEUTRA - CM.: 12 (12 x 1 col)

NOTA DE PESAR PELA MORTE DE JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY

Nota de pesar pela morte de José Ribamar Goulart Heluy

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha distribuiu nota, ontem, manifestando "profundo pesar" pela morte do juiz aposentado José Ribamar Goulart Heluy, pai dos juízes José Ribamar Goulart Heluy Júnior, Lúcia Helena Barros Heluy da Silva e Samira Barros Heluy.

"O juiz José Ribamar Goulart Heluy foi um grande magistrado", disse o corregedor-geral da Justiça, acrescentando que ele "contribuiu muito no desenvolvimento do Judiciário maranhense".

Ribamar Heluy estava internado há algumas semanas no UDI Hospital e morreu, ontem, vítima de falência múltipla de órgãos.

O des. Cleones Cunha afirmou solidarizar-se com toda a família do magistrado neste momento de tristeza e dor.

José Ribamar Heluy era casado com a ex-deputada Helena Heluy e deixou cinco filhos.